

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS -
DCEEX**

MERCOSUL – DESAFIOS DE UMA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

SUZANE TARCITANO CLAUDIO DE MEDEIROS

Três Rios, RJ
2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS -
DCEEX**

MERCOSUL – DESAFIOS DE UMA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

SUZANE TARCITANO CLAUDIO DE MEDEIROS

Monografia submetida como requisito
parcial para obtenção do título de bacharel
em Ciências Econômicas da UFRRJ –
Instituto de Três Rios.

Orientador: Ludmila Macedo Corrêa

Três Rios, RJ
2012

SUZANE TARCITANO CLAUDIO DE MEDEIROS

MERCOSUL – DESAFIOS DE UMA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Ludmila Macedo Corrêa

Prof. Teófilo Henrique de Paula

Prof.^a Maria Helena Facirrolli Sobrinho

Três Rios, 07 de Novembro de 2012.

Para meu esposo Fabio, não tenho palavras para descrever seu incansável esforço em me apoiar. Minha mãe que sempre defendeu o estudo acima de tudo.

Para os professores que ajudaram a consolidação da minha formação acadêmica, em especial a orientadora Ludmila que sempre se mostrou atenciosa e disposta.

Em especial a todas as pessoas que acreditaram na implantação dessa unidade acadêmica em Três Rios, pois hoje sou um fruto dessa semente.

Agradeço a Deus que me escolheu, capacitou e preparou. Sem a Sua direção eu não daria nenhum passo certo.

*“Dá instrução ao sábio, e ele se fará mais sábio;
ensina o justo e ele aumentará em doutrina”.*

Provérbios 9,9

RESUMO

O MERCOSUL – Mercado Comum do Sul - é um bloco econômico do continente sul americano formado originalmente por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e atualmente a Venezuela que se encontra em um processo bem encaminhado para sua adesão ao bloco. O MERCOSUL diferentemente de sua nomenclatura não é um mercado comum, enquadrando-se atualmente na categoria de união aduaneira em fase de consolidação, uma vez que apresenta uma livre circulação de mercadorias oriundas dos países associados, além de uma tarifa externa comum para importações vindas de mercados estrangeiros. O problema vivenciado no bloco é a manutenção dessa tarifa externa comum, visto que os países membros ao longo dos anos descumprem os acordos estabelecidos entre si baseados em argumentos de proteção nacionais, justificativas estas que são somadas às listas de exceções setoriais e nacionais, com o intuito de proteger seus mercados internos. Tais ações têm gerado a defesa da ideia de um retrocesso do MERCOSUL a uma zona de livre comércio e a liberdade para a assinatura de acordos bilaterais que lhes fossem mais favoráveis do que os seguidos nas relações intrabloco.

Palavras-chave: MERCOSUL, comércio internacional, integração econômica.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Fases da Integração Econômica Entre Países.....	19
GRÁFICO 1 – Exportações e Importações Brasileiras.....	33
GRÁFICO 2 – Principais Destinos das Exportações Brasileiras.....	34
GRÁFICO 3 – Principais Mercados Fornecedores ao Brasil.....	35
GRÁFICO 4 – Exportações Brasileiras para o MERCOSUL.....	36
GRÁFICO 5 – Total das Exportações Brasileiras para o MERCOSUL.....	38
GRÁFICO 6 – Importações Brasileiras do MERCOSUL.....	42
GRÁFICO 7 – Total das Importações Brasileiras do MERCOSUL.....	43

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Exportações e Importações Brasileiras.....	32
TABELA 2 – Total das Exportações Brasileiras para o MERCOSUL – Fatores Agregados.....	37
TABELA 3 – Total das exportações brasileiras para o MERCOSUL.....	38
TABELA 4 – Total das importações brasileiras do MERCOSUL.....	43
TABELA 5 – MERCOSUL – Panorama Econômico Consolidado.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE – Acordo de Complementação Econômica

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

APTF – Acordo de Preferências Tarifárias Fixas

BIT – Bens de Informática e Telecomunicações

BK – Bens de Capital

CAN – Comunidade Andina de Nações

F.O.B. – Free On Board

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

PICE – Programa de Integração e Cooperação Econômica

SECEX – Serviço de Comércio Exterior

TEC – Tarifa Externa Comum

TLC – Tratado de Livre Comércio

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....	14
2 MERCOSUL.....	21
2.1 NOÇÕES HISTÓRICAS DO MERCOSUL.....	21
2.2 TARIFA EXTERNA COMUM (TEC)	24
2.3 EVOLUÇÃO COMERCIAL “INTRABLOCO”	31
2.4 EVOLUÇÃO COMERCIAL “EXTRABLOCO”	47
3 PROBLEMAS E DESAFIOS.....	52
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

Nesta monografia será abordado um processo de integração econômica formado por nações vizinhas, o Mercado Comum do Sul.

O MERCOSUL é um bloco econômico da América do Sul composto em sua formação original por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Atualmente o MERCOSUL enquadra-se na classificação de união aduaneira em fase de consolidação e não um mercado comum como em sua nomenclatura, uma vez que apresenta uma livre circulação de mercadorias oriundas dos países associados, além de uma tarifa externa comum para importações vindas de mercados estrangeiros.

Vamos verificar neste trabalho que com o surgimento do MERCOSUL seus países membros obtiveram aumento das relações comerciais entre eles, além da adoção de uma tarifa externa comum nas relações comerciais extrabloco.

Serão abordados no presente estudo além das relações intrabloco, os processos de cooperação com outras nações, seus principais fornecedores e os principais destinos de suas exportações e os produtos mais negociados entre eles.

Para a realização do trabalho foi feita uma revisão bibliográfica com base em artigos e documentos específicos de que trata o assunto abordado, ao se consultar livros e monografias voltadas para esse tema, artigos de revistas e páginas da internet e a análise de dados.

O objetivo geral dessa monografia é expor as principais particularidades desse processo de integração econômica, seus fatos históricos, seus dados técnicos

e comerciais, suas formas de integração e desenvolvimento, além das reais perspectivas de crescimento e os objetivos específicos que serão abordados tratam das comparações econômicas e comerciais entre os países componentes do bloco.

Este estudo está organizado em três capítulos mais a introdução e a conclusão. No primeiro capítulo será abordado o processo de integração econômica, como se constitui, suas teorias e suas classificações. No segundo capítulo será analisado o MERCOSUL, desde seus antecedentes históricos até o tratado de sua constituição, analisaremos a tarifa externa comum adotada por seus países membros e suas particularidades. Serão analisadas também suas relações comerciais intra e extrabloco. O terceiro capítulo discute quais os problemas encontrados neste processo de integração em questão e quais os desafios futuros que o MERCOSUL terá para se consolidar e evoluir para um patamar de mercado comum. E no fim destes capítulos apresentam-se as conclusões que este estudo conseguiu alcançar.

1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

O termo integração se refere à necessária união de forças entre os países para fortalecer a economia e sociedade, sendo tema que esteve presente em vários momentos da história, inclusive na época dos grandes impérios em que se uniam as forças militares para se alcançar o poder e impulsionar a economia.

Triffin (*Apud* BALASSA, 2005) explica que uma importante forma de integração são as cooperações econômicas entre organizações internacionais, que uniam alguns países, com regras e princípios igualitários visando um determinado objetivo comum.

Segundo Balassa (2005, p. 38) a integração econômica é um “estado de coisas pelas quais diferentes nações decidem formar um grupo regional.” Neste sentido, a integração econômica contribui para a eliminação de barreiras, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, levando à implementação de uma nova estrutura de convívio entre os países que a aderem.

A teoria da integração econômica é tema que passou a receber maior atenção nas últimas décadas, sendo conhecida após incentivos de Adam Smith, um economista escocês, que estimulava a assinatura de um tratado entre países obrigando-os a eleger determinados produtos como preferenciais, oferecendo algumas vantagens como isenção de impostos (MORINI; SIMÕES, 2006).

A referida teoria, segundo Morini *et. al.* (2006) explica que essa integração entre os países, geraria muitos ganhos, entre eles, no que se refere à eficiência alocativa com o livre comércio, entre outras vantagens, merecendo destaque ganhos

no mercado, exploração de ganhos de escala, bem como aumento da competitividade e incentivo ao progresso tecnológico, como pensava também Adam Smith.

A eficiência alocativa obtida com o livre comércio foi explicada por Viner com a utilização de dois conceitos – criação e desvio de comércio. Com base nos estudos de Viner (*Apud MORINI et. al.*, 2006, p. 85):

[...] há criação de comércio quando, não havendo barreiras comerciais entre dois países, um deixa de produzir internamente determinado bem, passando a comprá-lo do outro devido ao menor custo, que acarreta um menor preço oferecido por este. Quando um país possui um fornecedor, mas deixa de importar deste para importar de outro, mesmo que o preço deste último não seja menor que o do antigo fornecedor, ocorre um desvio de comércio. Lembrando que nesse caso o primeiro fornecedor não faz parte da união alfandegária, mas o segundo sim.

Segundo Morini *et. al.* (2006, p. 85) a integração econômica nada mais é do que “um conjunto de medidas de caráter econômico e comercial estabelecidas entre dois ou mais países com a finalidade de promover o desenvolvimento destes, a aproximação e, eventualmente, a união da economia”. Essas medidas podem ser acordos, convênios, normas, etc., que em princípio volta-se para a diminuição de barreiras tarifárias e não tarifárias que dificultam o comércio de bens entre os países, evoluindo para uma Tarifa Externa Comum (TEC), para se chegar à liberalização de comércio de serviços e de fatores de produção, visando à integração econômica.

Morini *et. al.* (2006, p. 87) afirmam:

As integrações econômicas se dão pelo desejo dos Estados em obterem vantagens econômicas para si, como aumento geral da produção através de um melhor aproveitamento de economias de escala, aumento da produtividade através da exploração de vantagens comparativas entre sócios de um mesmo bloco econômico e estímulo à eficiência através do aumento da concorrência interna.

Existem cinco tipos distintos de integração econômica, baseados nas teorias do comércio internacional: zona de preferências tarifárias, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica.

O primeiro tipo de integração econômica, ou seja, a zona de preferências tarifárias tem por base a ideia de adoção recíproca de níveis tarifários preferenciais entre dois ou mais países que pertencem a esse tipo de bloco econômico, de forma que as tarifas cobradas no que tange o comércio entre países membros estariam abaixo às cobradas aos países não membros. Exemplos desse tipo de integração seria em especial a maioria dos acordos realizados no marco da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), assim como o acordo bilateral firmado entre Brasil e México para o comércio de bens automotivos.¹

A zona de livre comércio, por sua vez, é considerada o segundo tipo da integração, tendo por base a redução e a eliminação de todas as barreiras alfandegárias, as barreiras tarifárias e não tarifárias aplicadas sobre o comércio entre os países membros. Segundo o site oficial do MERCOSUL: “Eventualmente, podem envolver a eliminação de entraves à circulação de serviços e capitais. Esse é o caso, por exemplo, do Acordo de Livre Comércio entre o México, os Estados Unidos e o Canadá (NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)”².

1 Este acordo bilateral está em vigor desde 2002 e permite a importação de veículos, peças e partes de automóveis do México com redução de impostos e institui um percentual mínimo de nacionalização dos veículos vindos do país. A parceria isenta veículos da taxa de importação de até 35%, cobrada sobre carros de fora do MERCOSUL. Este acordo em especial é semelhante aos que o Brasil tem com os países do MERCOSUL.

2 Retirado do Site <www.mercosul.gov.br>. [Acesso em 09 de junho de 2011].

A união aduaneira, por sua vez, traz a ideia que os países membros de uma zona específica de livre comércio devem adotar a mesma tarifa para as importações oriundas de mercados externos, denominada Tarifa Externa Comum, fazendo surgir um território aduaneiro comum entre tais países, além de abrir mercados internos, regulamentam o seu comércio de bens com nações externas, já funcionando como um bloco econômico em formação. Nessa fase, dá-se início à formação de comissões parlamentares conjuntas, aproximando-se o Poder Executivo dos Estados nacionais de seus respectivos Legislativos. O melhor exemplo para este tipo de integração econômica é o próprio MERCOSUL. Entretanto, deve-se ressaltar a existência de diversas exceções, isto é, produtos que não são isentos de cobrança de tarifa de importação entre os países membros do bloco.

De acordo com o site oficial do MERCOSUL: “Na prática, o MERCOSUL pode ser considerado, atualmente, uma zona de livre comércio e uma união aduaneira em fase de consolidação, com matizes de mercado comum”.

No que tange o mercado comum é válido observar que esta etapa apresenta-se como um processo bastante avançado de integração econômica, pois além da livre circulação de mercadorias como na união aduaneira, há também a livre circulação do capital e do trabalho. Em consequência, ocorre de um lado a livre circulação de profissionais e de outro, a livre circulação de capitais, implicando a abolição das barreiras fundadas na nacionalidade e a instituição de condições igualitárias de direitos frente aos indivíduos natos do país. Um exemplo de mercado comum foi a União Europeia antes da adoção do Euro em 1999 (CARVALHO *et. al.* 2002).

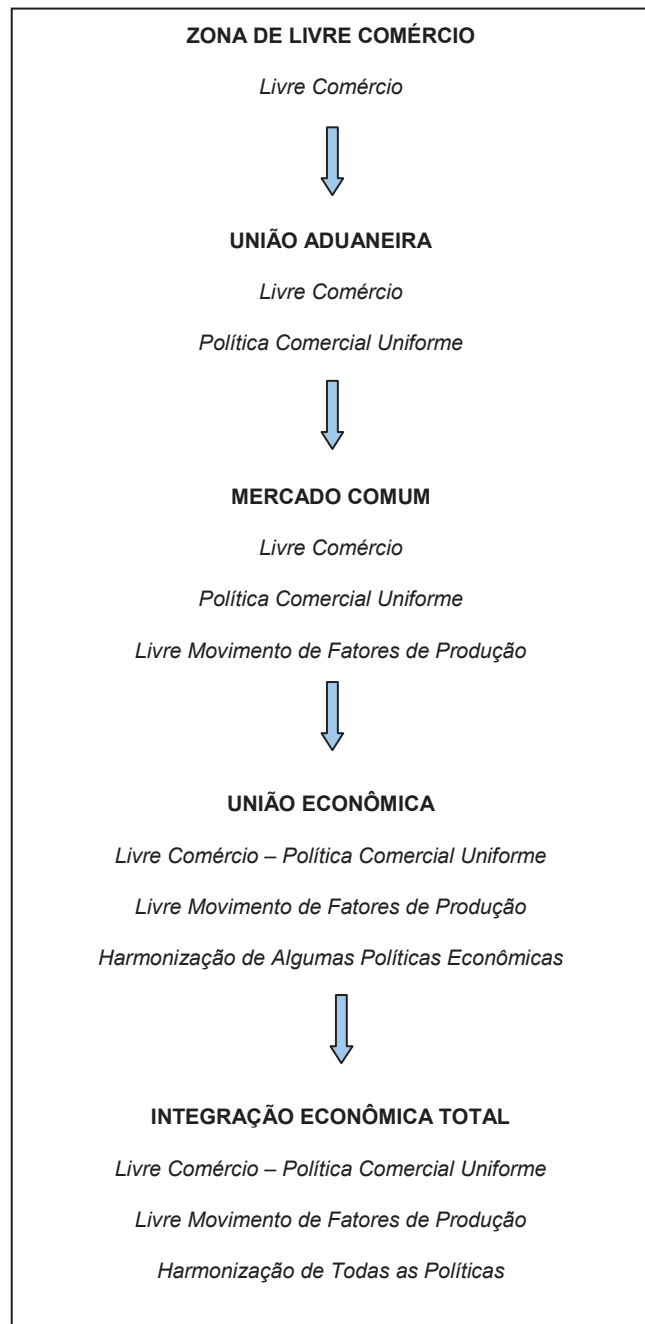
O último tipo de integração econômica é denominado união econômica e monetária, tratando-se de uma etapa mais avançada e complexa, tendo por base a

ideia de uma moeda única e uma política comum no que tange a questão monetária relacionada ao Banco Central comunitário. O que difere esse tipo de integração econômica ao mercado comum é a moeda única e a existência de uma harmonização de todas as políticas econômicas, principalmente a monetária.

A União Europeia após a adoção do Euro se tornou uma União Monetária. No entanto, alguns países como Reino Unido, Suécia e Dinamarca, como não aderiram à nova moeda, continuaram a fazer parte apenas do mercado comum.

Carvalho; Silva, 2002 tratam os tipos de integração econômica como fases e que de acordo com a **FIGURA 1**, a integração econômica se inicia com a Zona de livre comércio (em que há somente isenção de barreiras alfandegárias entre os países) até chegar à integração total (com livre comércio, livre circulação dos fatores de produção e harmonização de todas as políticas, incluindo política monetária, regida por uma autoridade comum).

FIGURA 1: FASES DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA ENTRE PAÍSES



Fonte: Carvalho; Silva (2002, p. 227).

Morini *et. al.* (2006, p. 86) defendem o surgimento dos blocos econômicos como consequência do processo de globalização econômica associado ao incremento da disputa comercial entre empresas e países.

Maia (2001) acrescenta ainda que os blocos econômicos foram criados visando à promoção do comércio em determinada região, eliminando-se algumas barreiras alfandegárias para reduzir o custo dos produtos, o que aumentaria o fluxo de compra dentro do bloco.

Com base nas ideias de integração econômica entre países e com o intuito de fortalecer suas economias e seus mercados internos e obter um maior aproveitamento de economias de escala e aumento da produtividade através das vantagens comparativas entre os países componentes de um mesmo bloco, os países sul americanos começaram a aproximar-se comercialmente e economicamente visando à criação de um bloco próprio, assunto que veremos no próximo parágrafo.

2 MERCOSUL

2.1- NOÇÕES HISTÓRICAS DO MERCOSUL

Maia (2001) explica que a primeira tentativa para o alcance da integração entre os países latino-americanos foi a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), criada por meio do Tratado de Montevideu em 1960 e que em 1980 contou com a assinatura do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, México e Peru.

Morini; Simões (2006, p. 88) também tratam desta questão e afirmam:

Para promover a integração, a ALALC dispunha de dois mecanismos principais: acordos complementares, que visavam desenvolver diferentes estágios de produção de novas indústrias nos países participantes do acordo e o programa de liberalização, que se baseava nas negociações entre os países em que eram intercambiadas as preferências tarifárias.

Para Maia (2001, p. 83), vários são os fatores que contribuíram para o fracasso do desenvolvimento da ALALC, valendo destacar “a instabilidade política dos países-membros; o falso nacionalismo [...]; a falta de uma autoridade supranacional que forçaria o cumprimento das normas estabelecidas e a diferença no nível das economias dos países-membros”.

No ano de 1980 ocorreu a substituição da ALALC, sendo interessante trazer os estudos de Aranha (1993, p. 39):

Em 1980, através do Protocolo de Brasília, foi criada a Associação Latino Americana de Integração (ALADI) em substituição à ALALC. A ALADI, subscrita pelos países-membros da ALALC, mesmo que dando certa continuidade a esta, tinha objetivos mais audaciosos, substituiu a zona de livre comércio pela de preferências econômicas, que favoreceu a bilateralidade de iniciativas, e serviu de alicerce ao MERCOSUL. Um de seus primeiros feitos foi o estabelecimento de relações plurilaterais na América Latina, proporcionando uma cooperação diversificada entre os países deste continente, que possibilitou ações conjuntas e vínculos mais intensos entre estes.

Pode-se dizer que o MERCOSUL teve sua origem a partir do estreitamento nas relações entre Brasil e Argentina, com as primeiras iniciativas baseadas na superação das rivalidades e desconfianças de tempos passados, em especial as ocorridas no período do regime militar de ambos (MAIA, 2001).

Vale ressaltar que as relações entre Brasil e Argentina se intensificaram a partir da redemocratização plena de ambos, que ocorreu na Argentina de 1983 e no Brasil dois anos mais tarde.

Na década de 1980, tanto o Brasil quanto a Argentina enfrentaram uma crise econômica que acelerou a formação do MERCOSUL, uma vez que as duas nações encontravam-se em situação semelhante o que as aproximou, dando início as negociações conjuntas (MAIA, 2001).

Segundo o site oficial no Brasil, o MERCOSUL teve como marco inicial as negociações comerciais realizadas entre Brasil e Argentina em 1985, visando à formação de um mercado regional. A partir dessas negociações foi assinada a Declaração de Iguaçu por meio da qual os chefes de Estado, visando acelerar o processo de integração, formaram uma Comissão Mista de Cooperação e Integração Bilateral (MAIA, 2001).

O trabalho da comissão, cuja função era a apresentação das propostas dos dois países, motivou a assinatura da Ata de Integração Argentino-Brasileira e

lançamento do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), em 1986. Este era responsável por várias atividades, entre elas projetos de produção, armazenagem, transporte, bem como abastecimento de trigo ao estabelecimento de um Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia (MAIA, 2001).

Em 1988 foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina, por meio do qual ficou estabelecido um prazo de dez anos para a formação de um espaço econômico comum, por meio do qual se estipulou o fim de barreiras tarifárias e não tarifárias e a elaboração de políticas conjuntas.

Segundo informações do site do MERCOSUL “A aceleração da estratégia de integração econômica ocorreu em momento em que Brasil e Argentina passavam por reformas econômicas baseadas na liberalização comercial”.³

Em 1990 os presidentes do Brasil e da Argentina estreitaram ainda mais suas relações assinando a Ata de Buenos Aires, concretizando os compromissos firmados anteriormente e o mercado comum para ser posto em prática a partir do último dia do ano de 1994. A Ata de Buenos Aires continha alguns anexos que estabeleciam que para o alcance dos objetivos da integração entre os países seriam necessários alguns instrumentos que contribuiriam para que se atingisse este fim, o que foi elencado nos anexos, que são a coordenação das políticas macroeconômicas e a redução das tarifas aduaneiras (MAIA, 2001).

3 Retirado do Site <www.mercosul.gov.br>. [Acesso em 09 de junho de 2011].

Frise-se que ainda no ano de 1990, foi assinado o ACE 14, ou seja, o Acordo de Complementação Econômica Argentino-Brasileiro. Através do acordo em questão, a Argentina e o Brasil submeteram as medidas de integração bilateral à Associação Latino-Americana de Integração, dando início a uma série de negociações para a criação de um mercado comum que contaram, em princípio com a participação do Uruguai e, posteriormente, do Paraguai.

As negociações resultaram na assinatura do Tratado de Assunção para a constituição de um mercado comum entre os quatro países, que visavam reafirmar sua cultura e alcançarem um desenvolvimento econômico voltado para a globalização.

Foi através do Tratado de Assunção que se formou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, com alguns objetivos básicos, entre eles a inserção da competitividade entre os países-membros; além de proporcionar aos participantes, ganhos de produtividade através da viabilização de economias de escala; ampliação do fluxo de comércio e investimento com o resto do mundo; promoção da abertura econômica regional, melhorando assim a condição de vida dos habitantes dos países envolvidos (MORINI; SIMÕES, 2006).

2.2 - TARIFA EXTERNA COMUM (TEC)

O MERCOSUL apesar do termo Mercado Comum, que é expresso em seu próprio nome, enquadra-se melhor na categoria de união aduaneira, como já visto

anteriormente, ainda que não em sua totalidade por ainda persistirem listas de exceções à TEC.

De acordo com as teorias clássicas de comércio internacional, onde se recomendava as práticas de livre comércio, uma vez que o protecionismo gerava ineficiência e perda de bem estar, a integração entre os países acordados envolvia livre comércio entre eles e protecionismo em relação aos demais países, mas para isso era essencial uma política econômica muito bem desenhada e desenvolvida entre eles, de forma que todos se desenvolvessem juntos e de maneira positiva as suas economias. Então se fazia necessário conhecer os pontos fortes e fracos de suas políticas econômicas e tentar um planejamento uniforme para todos os envolvidos na integração a fim de que não houvesse nenhum tipo de protecionismo entre as relações intrabloco.

Para abordar a TEC do MERCOSUL é preciso visitar seus antecedentes históricos como a primeira experiência latino-americana de integração econômica, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, criada pelo Tratado de Montevideu em 1960, que tinha como objetivos principais: ampliar as dimensões dos mercados nacionais com a eliminação gradual das barreiras tarifárias e comerciais ao livre comércio intrarregional, melhorar os fatores de produção e alcançar um maior grau de desenvolvimento comercial entre os países componentes do bloco entre si e com o resto do mundo, uma vez que esses entraves dificultavam o processo de integração. Ficou então acordado entre eles um prazo inicial de 12 anos a partir da assinatura do tratado para que se chegasse ao fim de todas as barreiras entre eles. Quanto à eliminação destas barreiras de uma forma gradual, cada país tinha suas metas bem definidas de acordo com seu grau relativo de desenvolvimento, sendo

que os países mais atrasados do bloco tinham menores obrigações de abertura de seus mercados (CARVALHO, 2002).

Esse primeiro processo de integração pré-MERCOSUL não logrou êxito, pois sugiram muitos entraves que dificultariam um maior entendimento entre ele, tais como: os produtos trocados eram quase que exclusivamente primários, longas distâncias, dificuldade de transporte e comunicação, atraso tecnológico, instabilidade monetária e política de vários países e principalmente a ausência de um aparato burocrático supranacional capaz de impor o cumprimento de todos os termos do tratado.

Em 1980 houve uma nova tentativa de integração com o novo tratado de Montevidéu que dava início a Associação Latino-Americana de Integração, que tinha os mesmos países da ALALC, mas agora eles tinham um objetivo de longo prazo bem definido que seria um estabelecimento gradual e progressivo de um mercado comum latino-americano e uma estratégia estipulada que era o mecanismo de preferência tarifário regional, onde as barreiras alfandegárias incidentes sobre importação seriam inferiores para os países da região em relação àquelas cobradas dos países não membros. Deve-se ressaltar que as diferenças econômicas dentro da região eram ainda muito significativas, então os países mais avançados concederiam maior redução tarifária aos menos desenvolvidos. As reduções não abrangeram todo o comércio, pois cada país-membro apresentou uma lista de produtos considerados sensíveis frente à concorrência internacional.

Visto que as divergências intrabloco continuavam muito excessivas por serem muitos os países envolvidos no processo de integração e muitas diferenças a serem acertadas entre eles, um novo tratado foi constituído, desta vez com apenas quatro

países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Com a assinatura do tratado de Assunção surgia assim o MERCOSUL. A vantagem buscada com esse tratado era ter um tratamento preferencial nas relações comerciais entre os quatro países e com os demais países da ALADI continuaria a obedecer aos termos do tratado de Montevideu.

Os objetivos principais desse novo tratado eram a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, eliminação dos direitos alfandegários, adoção de uma política comercial comum em relação a países fora do bloco, coordenação das políticas macroeconômicas e estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) assunto que abordaremos com maior destaque a partir de agora.

Entre 1991 e 1994 o MERCOSUL viveu uma fase de transição para zona de livre comércio, período este que a grande preocupação era remover os obstáculos tarifários e não tarifários à livre circulação dos produtos, baseando-se esta etapa em duas estratégias: um programa de reduções tarifárias progressivo, linear e automático que tinha que atingir tarifa zero em 31 de dezembro de 1994 e a eliminação progressiva das barreiras não tarifárias ou adoção de medidas de efeito equivalente sobre o comércio recíproco (CARVALHO e SILVA, 2002).

Em agosto de 1994 em Buenos Aires, foi acordado a TEC para todos os produtos, inclusive os sensíveis, tendo sido estabelecido um limite máximo para a TEC de 20%. Como em alguns casos, os países cobram tarifa mais elevada do que este percentual, foi dado um prazo até 2001 para que todos se adaptassem ao teto fixado. No caso, referente aos bens de informática, o prazo foi estendido até 2006 (KUME E GUIDA, 2005).

Desde o estabelecimento do MERCOSUL, previu-se um período de convergência das tarifas nacionais à TEC. Desta convergência surgiram duas listas, uma lista de exceções setoriais e uma lista de exceções nacionais.

Nessa fase, cada país membro apresentou uma lista de produtos de exceções, produtos considerados sensíveis para suas economias nacionais, produtos estes que deixariam de ser competitivos dada a redução tarifária estipulada pela TEC. Vale ressaltar que esta lista era elaborada produto a produto, de modo a preservar a indústria local, mas periodicamente novos produtos eram adicionados a lista inicial e as margens de preferências concedidas anteriormente aumentadas.

As listas de exceções setoriais previam um período de convergência para produtos dos setores de bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicações (BIT). Para estes bens os países não necessitavam aplicar a TEC.

Já as listas de exceções nacionais seriam definidas por cada estado-membro, com um máximo de 100 itens para Brasil e Argentina, 215 para Uruguai e 649 para o Paraguai (de acordo com o Art. 4º da decisão Conselho do MERCOSUL 7/94).⁴ Ficou decidido também que a cada seis meses os componentes do bloco poderiam revisar e alterar no máximo 20% de suas listas nacionais.

Para harmonizar as relações econômicas e assegurar condições adequadas de concorrências entre os países foram estabelecidas algumas regras referentes ao comércio que incluem o regime geral de origem e as cláusulas de salvaguarda.

4 Retirado do Site <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/PT/CMC_DEC_1994-007_PT_TEC.PDFr>. [Acesso em 06 de agosto de 2011].

As regras de origem são disposições que estabelecem que para a mercadoria ser considerada originária de um país, 60% do seu valor agregado deve ser local. Dessa forma, o regime de regras de origem evitaria que as concessões tarifárias feitas aos países-sócios fossem apropriadas por terceiros países, através de um comércio triangular. Os controles aduaneiros necessários ao funcionamento do regime de origem poderiam impor um ônus excessivo aos exportadores, dificultando o comércio intrarregional (KUME e GUIDA, 2005). Uma vez extintas as exceções à TEC, o regime geral de origem também estaria extinto.

As cláusulas de salvaguarda também constituem regras para o período de transição. Essas cláusulas eram válidas para os casos excepcionais em que as importações de determinado produto procedente de um dos parceiros causassem danos ao mercado de outro integrante do bloco. Se houvesse um sensível aumento das importações em um curto período de tempo, o país importador poderia pleitear salvaguarda e negociar uma quota para a importação do produto em questão. Estes entraves tinham que ser resolvidos na fase de transição, pois após ela, não haveria mais salvaguarda no comércio intra-Mercosul e todos os integrantes do bloco teriam o mesmo regime de salvaguardas no comércio com terceiros.

A TEC do MERCOSUL tinha a expectativa de alcançar a plena vigência em 2006, mas os países membros diversas vezes tomaram iniciativas que perfuraram a TEC, sempre baseados em argumentos de proteção econômica nacionais. Para tal feito buscaram a aprovação de seus parceiros, os quais quase invariavelmente acabam por referendar as demandas por aquelas medidas, entretanto os custos dessa proteção adicional tem sido em geral, assumidos pelo país interessado, permitindo evitar conflitos regionais em razão dessas medidas, que flexibilizam a rigidez na aplicação da TEC imposta pela união aduaneira.

Segundo Kume e Guida (2005), depois da fase de transição, os países membros fizeram inúmeras alterações na TEC, sempre motivados por suas questões pessoais como os exemplos a seguir:

- A Argentina em fevereiro de 1995 aplicou uma taxa de 3% nas importações extra-MERCOSUL, não com um fim protecionista, mas com o intuito de gerar uma receita adicional que permitisse o equilíbrio fiscal e que desse continuidade ao programa de conversibilidade que fora atingido pela crise mexicana do fim de 1994.
- O Brasil preocupado com as projeções de déficit na balança comercial feitas no início de 1995 elevou em março do mesmo ano as tarifas de 109 produtos de bens de consumo duráveis como automóveis e televisores e com o intuito de pressionar os bens domésticos solicitou e obteve o apoio dos demais países do bloco para a inclusão de mais 150 produtos na Lista de Exceção Nacional.
- O Paraguai para manter o acesso às matérias-primas no mercado internacional sem o pagamento da TEC, permitindo com isso que os países sócios importassem 50 produtos sem o pagamento da TEC nos casos de insuficiência de oferta regional e sob a aprovação da Comissão de Comércio do MERCOSUL.
- Em Julho de 2001 o Uruguai reduziu para zero as tarifas de bens de capital e impôs uma alíquota adicional de três pontos percentuais para as importações restantes, inclusive as provenientes do MERCOSUL.

Em resumo, o que era uma união aduaneira imperfeita, o MERCOSUL passou a atuar mais como uma zona de livre comércio, porque as permissões temporárias concedidas às mudanças na TEC, sempre que apoiadas em argumentos

macroeconômicos propiciam a flexibilidade necessária à execução da política comercial, contornando a rigidez imposta na união aduaneira.

As recentes medidas que a Argentina e o Uruguai vêm adotando para o setor de bens de capital provocaram um patamar de magnitudes elevadas no equilíbrio entre custos e benefícios, fazendo com que os vizinhos do bloco defendam a ideia de o MERCOSUL retroceder a uma zona de livre comércio, o que lhes permitiria uma autonomia na condução da política comercial, para que pudessem assinar novos acordos bilaterais que lhes fossem mais favoráveis do que os seguidos na relação intrabloco, por exemplo.

2.3 – EVOLUÇÃO COMERCIAL “INTRABLOCO”

Neste presente item abordaremos as relações entre os países componentes do MERCOSUL, com destaque especial à participação da economia brasileira no mesmo. Além disso, destacaremos o volume de exportações e importações do Brasil e os principais destinos dessas variáveis. E suscitaremos comparações entre os países membros do MERCOSUL e quais as vertentes macroeconômicas vivenciadas por eles.⁵

Os dados do Serviço de Comércio Exterior (SECEX), e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) sobre o intercâmbio comercial brasileiro para o período compreendido entre 2006-2011, visualizados na

5 Retirado do Site < <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081> > [Acesso em 21 de setembro de 2011].

TABELA 1: Exportações e Importações Brasileiras e no **GRÁFICO 1: Exportações e Importações Brasileiras**, mostram um saldo positivo das exportações brasileiras frente as suas importações totais para todo o período apresentado.

De igual modo, ocorreu também com as exportações e importações realizadas com o MERCOSUL, sendo o volume de exportações superior em todo o período analisado. Podemos notar que o MERCOSUL, em média, contribuiu com 10,73% de todas as exportações brasileiras e 9,35% do total de importações. Visto assim um fortalecimento cada vez mais crescente da economia brasileira junto aos países do MERCOSUL.

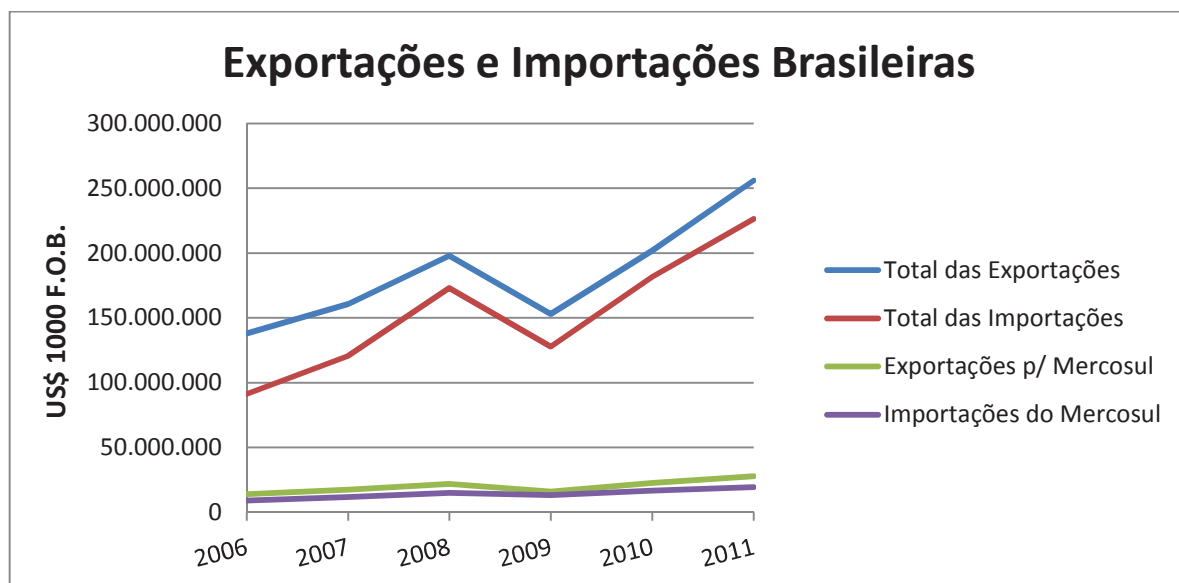
Fica claro também, que o Brasil configurou índices favoráveis em suas exportações, alcançando níveis crescentes e satisfatórios para essa importante variável econômica.

TABELA 1: Exportações e Importações Brasileiras

Exportações e Importações Brasileiras						
Anos	Total Exp.	Exp. p/ MERCOSUL	%	Total Imp.	Imp. do MERCOSUL	%
2006	137.807.470	13.985.829	10,15%	91.350.841	8.967.387	9,82%
2007	160.649.073	17.353.577	10,80%	120.617.446	11.624.752	9,64%
2008	197.942.443	21.737.308	10,98%	172.984.768	14.934.112	8,63%
2009	152.994.743	15.828.947	10,35%	127.722.343	13.107.442	10,27%
2010	201.915.285	22.601.501	11,20%	181.694.316	16.620.151	9,15%
2011	256.039.575	27.852.507	10,87%	226.240.411	19.375.709	8,56%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

GRÁFICO 1: Exportações e Importações Brasileiras

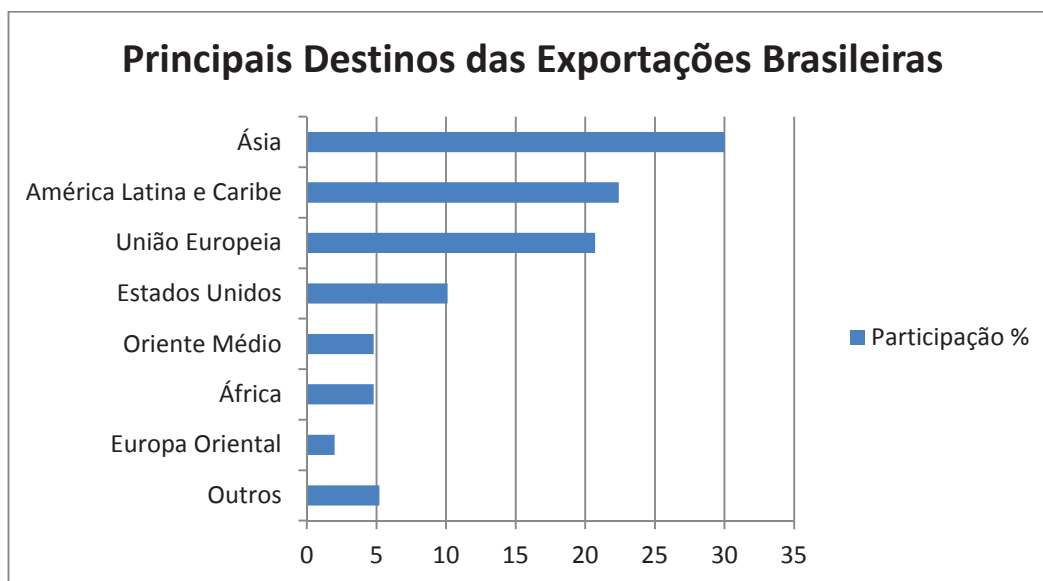


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

De acordo com dados do MDIC para o ano de 2011 exibido no **GRÁFICO 2: Principais Mercados de Destino das Exportações Brasileiras**, os principais mercados de destinos de nossas exportações foram por ordem: a Ásia 30%, a América Latina e Caribe 22,4%, a União Europeia 20,7%, os Estados Unidos 10,1%, a África 4,8%, o Oriente Médio 4,8%, a Europa Oriental 2% e outros 5,2%.

Os 10 principais países compradores de nossa produção foram por ordem: a China, os Estados Unidos, a Argentina, os Países Baixos, o Japão, a Alemanha, a Itália, o Chile, o Reino Unido e a Espanha. Configurando-se nos principais elos de escoamento de nossa produção.

GRÁFICO 2: Principais Destinos das Exportações Brasileiras

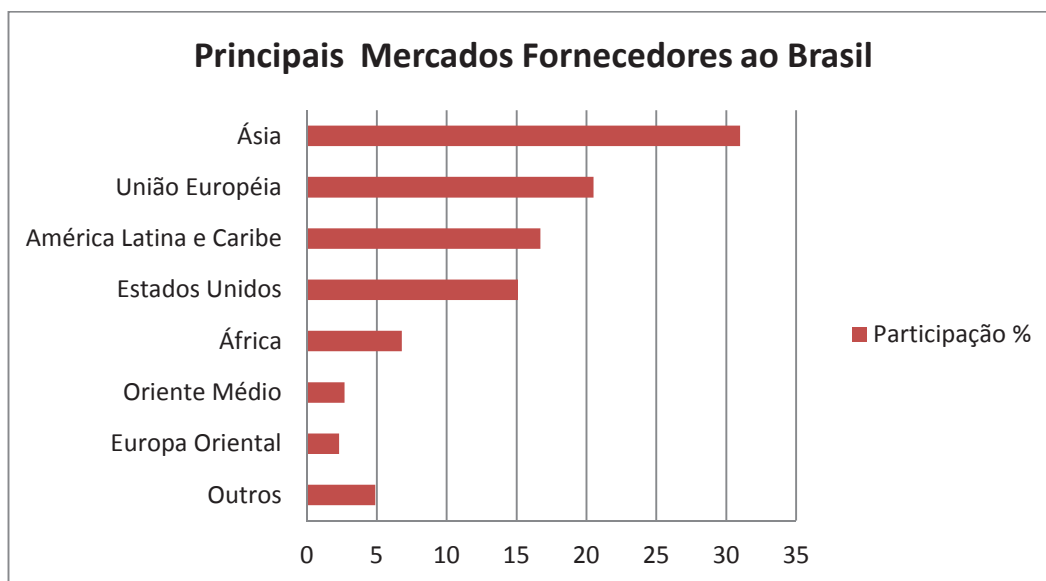


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

E temos como principais fornecedores estrangeiros ao Brasil para o ano corrente de 2011, de acordo com o **GRÁFICO 3: Principais Mercados Fornecedores ao Brasil** a Ásia 31%, a União Europeia 20,5%, a América Latina e Caribe 16,7%, os Estados Unidos 15,1%, a África 6,8%, o Oriente Médio 2,7%, a Europa Oriental 2,3% e outros 4,9%.

E na lista dos 10 países que mais forneceram produtos ao Brasil no ano de 2011 foram: os Estados Unidos, a China, a Argentina, a Alemanha, a Coreia do Sul, a Nigéria, o Japão, a Itália, a Índia e a França.

GRÁFICO 3: Principais Mercados Fornecedores ao Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

Agora vamos abordar o montante de exportações brasileiras tendo como principal destino o MERCOSUL, onde analisaremos a transação com o bloco de uma forma geral e as relações individuais com os países componentes do MERCOSUL.

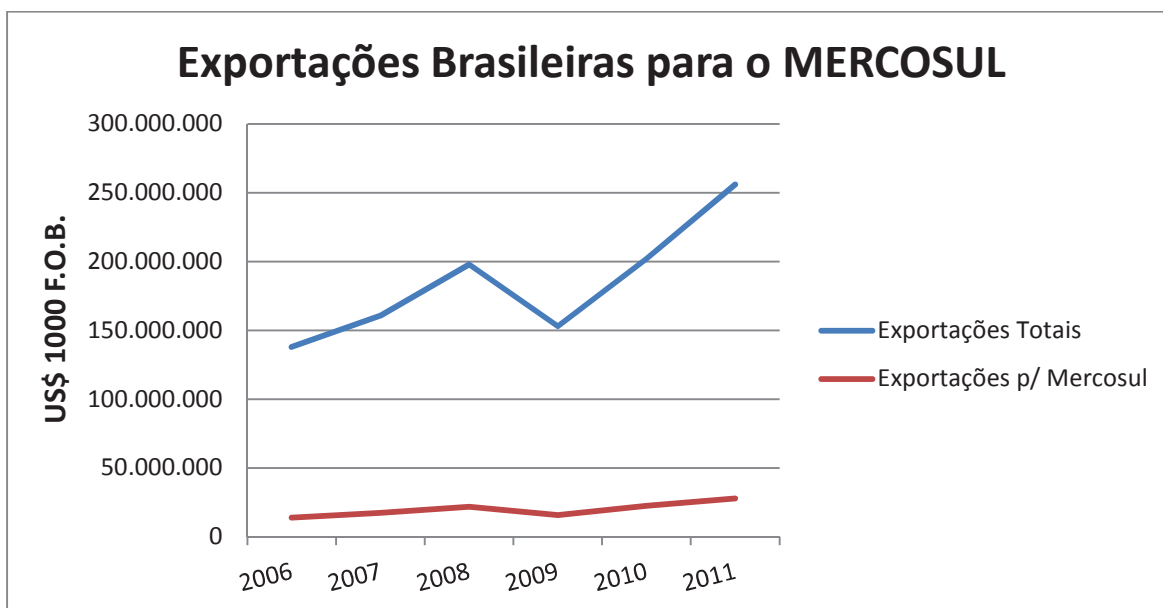
O MERCOSUL não é o principal destino das exportações brasileiras, mesmo assim configura-se em um importante parceiro comercial, como se pode ver no

GRÁFICO 4: Exportações Brasileiras para o MERCOSUL

Esse intercâmbio tem apresentado resultados favoráveis, uma vez que, desde a formação do bloco, o MERCOSUL apresentou crescimento no contingente das exportações brasileiras, firmando-se assim em um grande parceiro potencial das empresas exportadoras do país. Entretanto ha muito ainda para se evoluir nessa

relação comercial, haja vista, que na média do período abordado para esse gráfico, o MERCOSUL segue tendo apenas 10,73% de todas as exportações brasileiras.

GRÁFICO 4: Exportações Brasileiras para o MERCOSUL



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

Na **TABELA 2: Total das Exportações Brasileiras para o MERCOSUL – Fatores Agregados** podemos evidenciar as exportações brasileiras para o MERCOSUL por fatores agregados, o que nos possibilita concluir que o bloco é um importantíssimo destino dos nossos produtos de maior valor agregado, diferentemente da composição de nossas exportações para outros mercados do mundo, onde continuamos contribuindo com commodities e produtos de baixo valor adicionado, o que ainda evidencia nosso baixo poder de competição internacional de produtos com maior valor agregado junto aos mercados mais importantes do mundo.

TABELA 2: Total das Exportações Brasileiras para o MERCOSUL – Fatores Agregados

Total das Exportações Brasileiras para o MERCOSUL – Fatores Agregados					
Ano	Total	Produtos Básicos %	Semimanufaturados %	Manufaturados %	Outras Operações %
2006	13.985.829	4,66	3,26	91,75	0,33
2007	17.353.577	4,09	2,86	92,86	0,19
2008	21.737.308	4,94	2,95	92,02	0,09
2009	15.828.947	3,89	1,87	94,04	0,20
2010	22.601.501	6,37	2,47	90,98	0,18
2011	27.852.507	7,60	2,31	89,88	0,21

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

As exportações brasileiras para o MERCOSUL no período abordado na **TABELA 2: Total das Exportações Brasileiras para o MERCOSUL – Fatores Agregados** nos permitem afirmar que a maior parte das relações comerciais com nossos parceiros de bloco foi em produtos com maior grau de valor agregado, uma vez que, em média os produtos manufaturados tais como automóveis, celulares e eletrodomésticos, compreenderam 91,92% do total dos produtos exportados para os países componentes do bloco. Já os produtos semimanufaturados contribuíram com 2,62% do total e os produtos básicos tais como minérios de ferro, alimentos e petróleo e seus derivados representaram na média 5,26% de tudo o que foi exportado.

A composição das exportações brasileiras para o MERCOSUL é vista na **TABELA 3: Total das Exportações Brasileiras para o MERCOSUL** e no

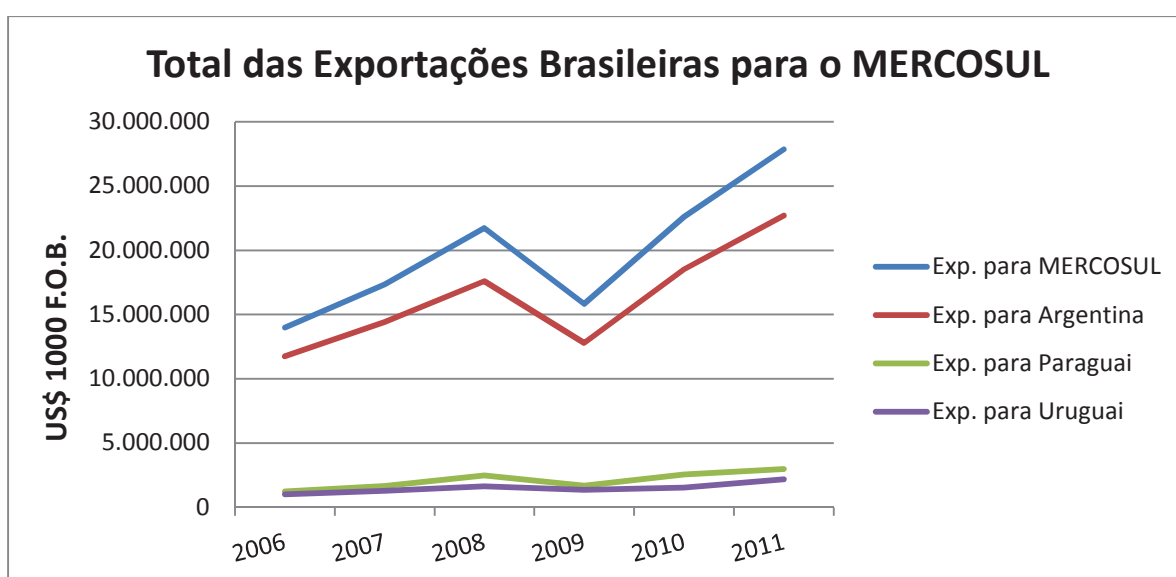
GRÁFICO 5: Total das Exportações Brasileiras para o MERCOSUL, em que se vê a representação de cada país (Argentina, Paraguai e Uruguai) neste segmento juntamente com os percentuais de cada país componente do bloco.

TABELA 3: Total das Exportações Brasileiras para o MERCOSUL

Total das Exportações Brasileiras para o MERCOSUL							
Anos	Exp. para MERCOSUL	Exp. para Argentina	%	Exp. para Paraguai	%	Exp. para Uruguai	%
2006	13.985.829	11.739.592	83,94	1.233.639	8,82	1.012.598	7,24
2007	17.353.577	14.416.946	83,07	1.648.191	9,49	1.288.440	7,44
2008	21.737.308	17.605.621	80,99	2.487.561	11,44	1.644.126	7,57
2009	15.828.947	12.784.967	80,76	1.683.902	10,63	1.360.078	8,61
2010	22.601.501	18.522.521	81,95	2.547.908	11,27	1.531.072	6,78
2011	27.852.507	22.709.344	81,53	2.968.573	10,66	2.174.589	7,81

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

GRÁFICO 5: Total das Exportações Brasileiras para o MERCOSUL



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

Para os anos abordados no período analisado entre 2006 e 2011 podemos verificar que a Argentina é o maior consumidor das exportações brasileiras, para o bloco, representando na média do período 82,04%, de todas as exportações brasileiras com destino para o MERCOSUL. O Paraguai e o Uruguai completam os outros 17,96% com pequenas variações entre si, mas ainda assim bem distantes do poder de compra da Argentina frente às exportações brasileiras, isto se deve ao tamanho de suas plantas produtivas e a composição de suas economias.

Segundo dados do MDIC os 10 principais produtos que o Brasil exportou para a Argentina entre janeiro e fevereiro de 2012 foram pela ordem crescente:

1º automóveis com motor explosão, $1500 < CM3 \leq 3000$, até 6 passageiros;

2º energia elétrica;

3º automóveis com motor explosão, $1000 < CM3 \leq 1500$, até 6 passageiros;

4º minérios de ferro aglomerados e seus concentrados;

5º chassis com motor diesel e cabina, $5t < Carga \leq 20t$;

6º tratores rodoviários para semirreboques;

7º outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis;

8º outros veículos automóveis com motor explosão, carga $\leq 5t$;

9º outros motores de explosão, p/ veic. Cap.87, Sup.1000CM3;

10º gasóleo (óleo diesel);

Vamos observar agora quais são os 10 principais produtos exportados para o Uruguai no período compreendido entre janeiro e fevereiro de 2012 segundo dados do MDIC.

- 1º** Fuel-Oil;
- 2º** outros tipos de mate;
- 3º** outros veículos automóveis com motor explosão, carga $\leq 5t$;
- 4º** outras carnes de suínos, congeladas;
- 5º** querosenes de aviação;
- 6º** automóveis com motor explosão, $1500 < CM3 \leq 3000$, até 6 passageiros;
- 7º** outros açúcares de cana, beterraba, sacarose, quim, pura, sol;
- 8º** lã de tosquia, suja, não cardada, etc, $22.05 \leq F \leq 32,6$ Microns;
- 9º** tratores rodoviários para semirreboques;
- 10º** terminais portáteis de telefonia celular.

E para finalizar a lista dos 10 principais produtos exportados para o Paraguai entre janeiro e fevereiro de 2012 segundo dados disponibilizados pelo MDIC.

- 1º** adubos ou fertilizantes com nitrogênio, fósforo e potássio;
- 2º** milho para semeadura;
- 3º** ceifeiras debulhadoras;
- 4º** fumo não manufaturado total/parc. Destal. Fls.secas, etc. virginia;
- 5º** cervejas de malte;

6º outros tratores;

7º outros ladrilhos, etc. de cerâmica, vidrados, esmaltados;

8º óleos lubrificantes com aditivos;

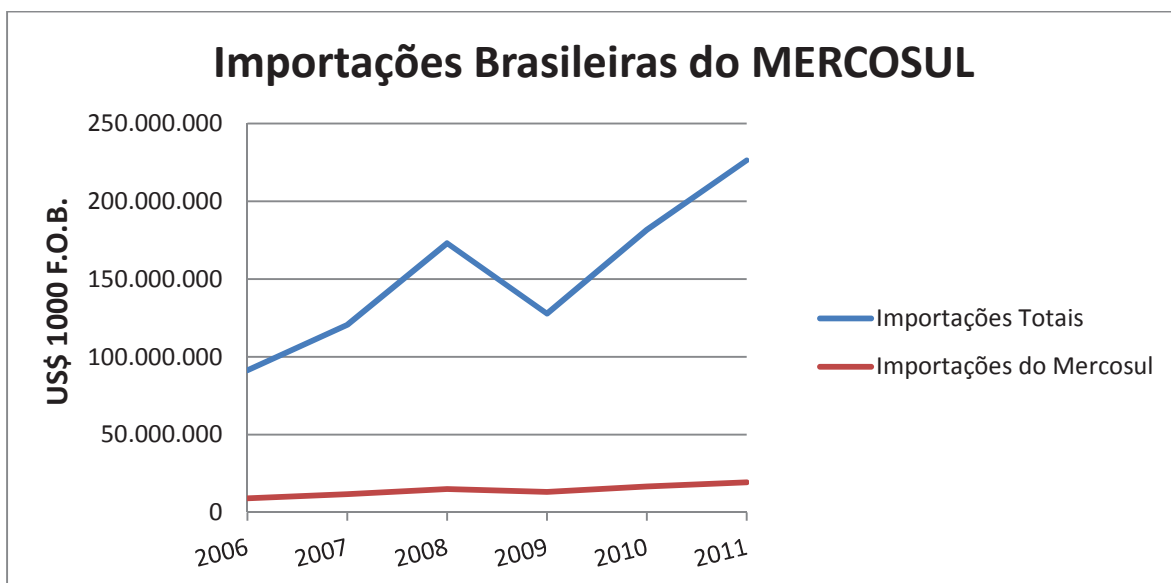
9º catodos de cobre refinados/seus elementos em forma bruta;

10º silos metálicos para cereais, fixos, inclusive as baterias, etc.

Podemos verificar que a Argentina importa produtos brasileiros de alto valor agregado, como automóveis, energia elétrica, peças de veículos, e derivados do nosso petróleo, tornando-se assim um excelente parceiro comercial.

O Paraguai e Uruguai também apresentam produtos manufaturados e semimanufaturados na composição de suas importações como peças de veículos e automóveis e não apenas produtos básicos como matérias-primas e carnes, o que gera em nosso país maior desenvolvimento comercial para nossas indústrias mais tecnologicamente qualificadas.

Veremos a seguir as relações de importação do Brasil oriundas do MERCOSUL afim de que possamos identificar quais os grandes fornecedores para nosso mercado interno.

GRÁFICO 6: Importações Brasileiras do MERCOSUL

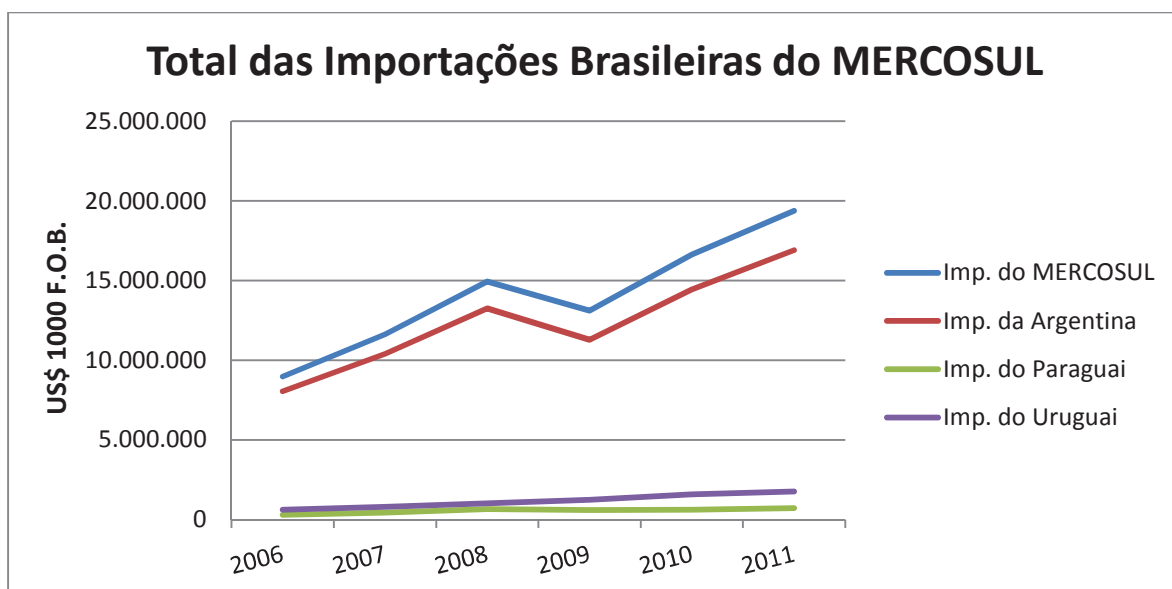
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

No **GRÁFICO 6: Importações Brasileiras do MERCOSUL**, vê-se que as importações realizadas pelo Brasil do MERCOSUL no período abordado por este estudo, contribui com uma média de (9,35%) do total de nossas aquisições em mercados estrangeiros. Podemos então analisar que a participação do MERCOSUL é ainda pequena como fornecedor do mercado interno brasileiro, ainda que as relações comerciais intrabloco tenham se fortalecido nos últimos anos.

TABELA 4: Total das Importações Brasileiras do MERCOSUL

Total das Importações Brasileiras do MERCOSUL							
Anos	Imp. do MERCOSUL	Imp. da Argentina	%	Imp. do Paraguai	%	Imp. do Uruguai	%
2006	8.967.387	8.053.263	89,81	295.899	3,30	618.225	6,89
2007	11.624.752	10.404.246	89,50	434.120	3,73	786.386	6,77
2008	14.934.112	13.258.442	88,78	657.517	4,40	1.018.153	6,82
2009	13.107.442	11.281.657	86,07	585.441	4,47	1.240.344	9,46
2010	16.620.151	14.434.594	86,84	611.401	3,67	1.574.157	9,49
2011	19.375.709	16.906.311	87,26	715.890	3,69	1.753.508	9,05

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

GRÁFICO 7: Total das Importações Brasileiras do MERCOSUL

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

Para o período abordado no presente estudo, de acordo com o a **TABELA 4: Total das Importações Brasileiras do MERCOSUL** e o **GRÁFICO 7: Total das Importações Brasileiras do MERCOSUL** vemos que a contribuição argentina para a média do período foi de 88,06%, ou seja, a maior parte de todas as compras realizadas por importadores brasileiros dentro do MERCOSUL ocorreram no mercado argentino.

Como vimos no quesito destino das exportações dentro do MERCOSUL, a Argentina é a maior parceira das exportações brasileiras, o que também ocorre no tocante às importações brasileiras, configurando-se no principal fornecedor intrabloco para a economia brasileira.

Mas analisando os 10 principais produtos importados pelo Brasil no mercado argentino entre janeiro e fevereiro de 2012, podemos afirmar que existe uma semelhança de comércio entre nossas exportações e importações com a Argentina. Ambos os países têm comercializado mais produtos de valor agregado do que produtos básicos, evidenciando assim uma maior qualificação comercial e quantitativa para ambos.

Abaixo a lista com os 10 principais produtos importados pelo Brasil da Argentina segundo o MDIC.

1º automóveis com motor explosão, 1500<CM3<=3000, até 6 passageiros;

2º automóveis com motor explosão, 1000<CM3<=1500, até 6 passageiros;

3º óleos brutos de petróleo;

4º outros trigos e misturas de trigo com centeio, exc. para semead.;

5º outros veículos automóveis com motor diesel para carga $\leq 5t$;

6º automóveis com motor explosão, Cil $\leq 1000\text{CM}^3$;

7º naftas para petroquímica;

8º butanos liquefeitos;

9º outros propanos liquefeitos;

10º malte não torrado, inteiro ou partido.

Vamos ver os 10 principais produtos importados pelo Brasil no mercado do Uruguai para o período de janeiro e fevereiro de 2012, de acordo com dados do MDIC.

1º outros trigos e misturas de trigo com centeio, exc. para semead.;

2º malte não torrado, inteiro ou partido;

3º garrações, garrafas, frascos, artigos, semelhanças de plásticos;

4º leite em pó, mat. gorda $\leq 1,5\%$, arsênio $< 5\text{PPM}$, concentra. adoc.;

5º leite integral em pó, mat. gorda $\leq 1,5\%$, concentra. n/adoc;

6º arroz semibranqueado, etc, n/parbolizado, polido,brunido;

7º outras borrachas Vulcan, com negro fumo/sílica em chapas etc;

8º outras misturas, prepar.aliment.de gorduras, óleos, etc.;

9º outros fungicidas apresentados de outro modo;

10º outros tubos de aço inox.sold.sec.circ.

E para finalizar vamos observar quais foram os 10 principais produtos importados pelo Brasil no Paraguai segundo o MDIC nos meses de janeiro e fevereiro de 2012.

- 1º** milho em grão exceto para semeadura;
- 2º** carnes desossadas de bovinos frescas ou refrigeradas;
- 3º** outros trigos e misturas de trigo com centeio, exc. para semead.;
- 4º** garrações, garrafas, frascos, artigos, semelhanças de plásticos;
- 5º** partes superiores de calçados e seus componentes;
- 6º** trigo (exceto trigo duro ou para semeadura) e trigo com centeio;
- 7º** óleo de girassol, em bruto;
- 8º** fios de cobre refinado, maior dimensão da sec.transv.>6 mm;
- 9º** arroz semibranqueado, etc, n/parbolizado, polido,brunido;
- 10º** outros desperdícios e resíduos de ferro ou aço.

O Brasil importa de Uruguai e Paraguai basicamente produtos com pouco valor agregado, o que nos possibilita compreender que esses países ainda não apresentam parques industriais competitivos internacionalmente e são ainda dependentes de suas vantagens naturais e primárias.

Analisando exportações e importações brasileiras realizadas com os três outros países membros do MERCOSUL podemos visualizar que a Argentina é o grande parceiro de negócios do Brasil dentro do cone sul americano e o maior parceiro comercial brasileiro dentro de toda a América Latina.

Uruguai e Paraguai têm ainda pequenas participações no volume de transações com o Brasil, entretanto estes países têm aumentado suas participações à medida que os anos passam.

2.4 EVOLUÇÃO COMERCIAL “EXTRABLOCO”

Vamos analisar neste item como o MERCOSUL tem avançado em suas relações comerciais com outros países parceiros e outros blocos econômicos, vamos verificar quais os acordos firmados e quais são as suas perspectivas de crescimento.

A Venezuela é um país do cone sul-americano que desde 2006 aguarda a aprovação dos demais países do MERCOSUL para fazer parte do bloco econômico, uma vez que só lhe falta o referendo do parlamento paraguaio, visto que, Brasil, Argentina e Uruguai já optaram por sua aprovação. A entrada da Venezuela ⁶ traria benefícios ao bloco, pois o país tem apresentado crescimento em sua industrialização, além de ser um dos maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo. A Venezuela importa 70% do que consome. Isso significaria que, com a

6 Retirado do Site <<http://www.banein.com/prisma-consultoria-internacional/a-venezuela-no-mercosul/a-venezuela-no-mercosul/>> [Acesso em 15 de agosto de 2011].

associação do país ao MERCOSUL, aumentariam as oportunidades para exportadores dos países-membros e associados ao bloco, em especial, para o Brasil.

Vale ressaltar que ao entrar no bloco, a Venezuela acrescentará ao MERCOSUL mais de 28,9 milhões de habitantes, uma área de 916,445 km² e um PIB superior a 293.268 bilhões de dólares, segundo dados do FMI para 2010.

O MERCOSUL com a entrada da Venezuela passaria a apresentar a seguinte composição econômica, de acordo com a tabela abaixo, para dados de 2010.

TABELA 5: MERCOSUL – Panorama Econômico Consolidado

MERCOSUL – Panorama Econômico Consolidado			
País	PIB (milhões de US\$)	Área (km²)	População
Brasil	2.090.314	8.514.876	189.011.861
Argentina	369.992	2.780.400	40.403.943
Venezuela	293.268	916.445	26.085.281
Uruguai	40.272	176.215	3.447.920
Paraguai	18.427	406.750	6.667.884

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

Além dos países originais do MERCOSUL, existem ainda os estados associados, que são a Bolívia, o Chile, a Colômbia e o Peru. Esses países fazem parte da zona de livre comércio e não da união aduaneira do MERCOSUL. A inclusão destes países nesta categoria justifica-se pelo compromisso do

MERCOSUL com o aprofundamento do processo de uma maior integração regional e a busca por um maior desenvolvimento e intensificação das relações comerciais com os países membros da ALADI. Apenas os países da ALADI podem ser associados do MERCOSUL, desde que eles aceitem o compromisso da assinatura prévia de acordos de complementação econômica (ACE), que são os instrumentos bilaterais firmados entre eles. Concluído este processo de associação, os estados podem participar na qualidade de convidado das reuniões dos órgãos institucionais do MERCOSUL, para tratar de assuntos de interesses comuns, mas sem direito a voto.

O Chile formalizou sua associação junto ao MERCOSUL em 1996, através da assinatura do Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Chile.

A Bolívia teve formalizada sua associação ao MERCOSUL em 1996, com a assinatura do Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Bolívia.

O Peru teve seu processo de associação junto ao MERCOSUL aceito em 2003, através da assinatura do Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Peru.

A Colômbia, o Equador e a Venezuela formalizaram seus pedidos de associação junto ao MERCOSUL em 2004, mediante a assinatura do Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Colômbia-Ecuador-Venezuela.⁷

Outro acontecimento importante envolvendo o MERCOSUL, o Chile e a Bolívia foi um acordo estabelecido entre eles em 2002 que constituía o território dos envolvidos em uma Área de Livre Residência para todos os seus cidadãos, sem a

7 Retirado do Site <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul>. [Acesso em 25 de setembro de 2011].

exigência de qualquer tipo de requisito burocrático que não fosse a própria nacionalidade, a comprovação de um passaporte válido, certidão de nascimento, certidão negativa de antecedentes penais e dependendo do país, certificado médico de autoridade migratória. Este acordo simplifica a moradia de qualquer cidadão nato ou naturalizado há pelo menos 5 anos, de qualquer um dos países envolvidos no acordo, de fixar residência temporária por até 2 anos em qualquer outro país do bloco. Esta residência temporária pode converter-se em fixa no decorrer do prazo com a mera comprovação de meios de vida lícitos para o sustento próprio e familiar.

Há de se ressaltar também que o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações (CAN) - da qual fazem parte a Bolívia, a Colômbia, o Equador e o Peru, firmaram em 1998 um acordo Marco para a criação de uma zona de livre comércio. Este acordo entre os dois blocos econômicos da América do Sul foi inicialmente dividido em duas etapas. A primeira etapa abordaria a negociação de um acordo de preferências tarifárias e a segunda etapa trataria da questão do livre comércio.

Foi este acordo entre MERCOSUL-CAN que se obtiveram os primeiros entendimentos para a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), fato ocorrido com o Tratado Constitutivo da UNASUL assinado em 23 de maio de 2008, na Terceira Cúpula de Chefes de Estado, realizada em Brasília.

A UNASUL é uma união intergovernamental que integra as duas uniões aduaneiras da América do Sul como partem de um processo contínuo de integração sul-americana, que inspirada na União Europeia é formada por 12 países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela) e que tem por objetivos tornar-se uma união econômica plena com passaporte, parlamento e moeda única.

O MERCOSUL assinou em 2004 um Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (APTF) com a Índia, este foi o primeiro acordo assinado com um país fora do continente americano. Este tipo de acordo traduz a primeira etapa de uma futura área de livre comércio. Neste acordo ficaram incluídas 452 linhas tarifárias com margens de preferência estabelecidas em 10%, 20% e 100%.

O MERCOSUL firmou com Israel em 2007 o primeiro Tratado de Livre Comércio (TLC) de sua história com um país não americano, fato ocorrido durante a Reunião de Cúpula do MERCOSUL e Países Associados, realizada em Montevideu. Este acordo beneficia de início a abertura de mercado para bens, com uma cláusula evolutiva sobre a possibilidade futura de incluir acesso a mercados em serviços e investimentos. Este tratado teve um cronograma fixado em quatro etapas para a remoção de restrições, fato que se completará em 2017 e movimentará um intercâmbio comercial entre eles de aproximadamente 5 bilhões de dólares anuais.

Em 2010 o MERCOSUL firmou um TLC com o Egito, era um acordo nos mesmos moldes do assinado com Israel e terá de cumprir um cronograma de 10 anos para a remoção de restrições tarifárias e alfandegárias, dividido em 4 fases para todos os 9800 produtos inseridos no acordo.

3 PROBLEMAS E DESAFIOS

O MERCOSUL assim como os demais blocos econômicos tem pela frente inúmeros desafios no processo de integração econômica de seus países componentes. São inúmeras questões a serem resolvidos, entraves a serem superados e desafios a serem conquistados. Vamos abordar neste capítulo quais os caminhos que podem ser traçados para diminuir a assimetria entre seus componentes e quais as motivações que os países têm em continuar a integrar o MERCOSUL.

As maiores dificuldades encontradas pelos membros do MERCOSUL residem nas diferenças entre eles, traduzidas em seus indicadores sócio econômicos. O Brasil causa grande temor nos seus parceiros, devido a ter mais de 70% do PIB do MERCOSUL, devido a sua dimensão territorial e demográfica e ao tamanho de sua economia e importância comercial.

Segundo Izerrougene (2007), a formação de uma união aduaneira tem a possibilidade de aumentar os investimentos como consequência da ampliação do mercado, de igual modo, a remoção de barreiras ao comércio entre países provoca um aumento de transações que pode estimular a especialização e pode gerar ganhos múltiplos e é certo que a abertura dos mercados nacionais pode melhorar a alocação dos fatores de produção e favorecer a produtividade. Todavia, a natureza e a amplitude dos resultados referidos são relativamente ambíguas, principalmente por não considerar a questão da repartição dos ganhos e perdas entre os sócios. Mesmo que se imagine que os tratados de integração assinados nos últimos anos

contribuam para o aumento do bem estar das populações envolvidas, os resultados não são os mesmos para os diferentes sócios. Pois, os países que tem as maiores economias de escala, tecnologia e diversidade produtiva, terão maiores retornos, colocando assim, dúvidas quanto às possibilidades de desenvolvimento nas economias carentes dessas vantagens comparativas.

A assimetria buscada dentro do MERCOSUL ainda é altamente desproporcional, Paraguai e Uruguai tem um reduzidíssimo peso no produto total, na formação do capital, no valor agregado industrial, nas exportações, baixo aporte tecnológico, produtividade incomparável com Argentina e principalmente com o Brasil e apresentam poucos gastos governamentais em sua estrutura, o que evidencia suas desvantagens comparativas.

O Brasil devido ao seu tamanho possui uma vantagem estrutural que lhe confere uma das maiores vantagens no comércio internacional, que é o rendimento de escala. Isto tanto é verdade que, dentro do MERCOSUL tem uma posição consolidada na indústria, enquanto Paraguai e Uruguai só tiveram aumentos significativos em seus setores primários. Prova disso, é que as exportações brasileiras para seus parceiros em sua maioria são de produtos manufaturados e semimanufaturados, como automóveis, celulares e derivados de petróleo, enquanto que suas importações são sempre matérias-primas e produtos de baixo valor agregado, o que evidencia a diferença estrutural e de seus parques industriais.

Segundo Izerrougene (2007), as desigualdades dentro do MERCOSUL se aprofundaram depois das desvalorizações cambiais de Brasil e Argentina, o que dificultou o processo de integração, uma vez que, a distorção cambial deturpou os preços, causando uma recessão e diminuindo as relações comerciais entre eles, o que foi visto durante estes períodos.

Nos países que formam o MERCOSUL, as indústrias ainda operam em escalas insuficientes de mercado. A remoção das barreiras comerciais pode representar uma ampliação do mercado, reduzindo os custos de produção e gerando perspectivas para a especialização intraindustrial, mas para que isto ocorra é preciso reduzir o nível de exceções às regras estabelecidas e a multiplicidade das normas impostas que se tornam grandes obstáculos e que só aumentam os custos de transações e inibem os investimentos.

A dificuldade em respeitar as normas, a exoneração unilateral das tarifas externas, os regimes especiais, a existência de inúmeros setores sensíveis que nunca alcançam estágios de concorrência e estabilidade e tantas outras práticas de defesa comercial colocam em dúvida os próprios princípios da união aduaneira e suscitam o descrédito do MERCOSUL, inibindo assim alcançar novos e maiores investidores.

Segundo Izerrougene (2007), as dificuldades para consolidar o sistema da TEC encontram-se nos desequilíbrios econômicos regionais, uma vez que, as divergências macroeconômicas aliadas às políticas de subsídios e promoção das exportações nos países mais desenvolvidos do bloco agravam os problemas provocados pela disparidade dos níveis de competitividade.

Alternativas para promover uma maior integração estão sendo estudadas, como a criação de um Fundo Social, a criação de um sistema de pagamentos com moedas locais no comércio bilateral, as criações do Fundo de Convergência Estrutural que juntamente com o Banco do MERCOSUL irá financiar projetos de infraestrutura para assim reduzir as assimetrias entre os sócios. Mas para que os países caminhem juntos é necessário um apoio maior dos países maiores, como ocorre na União Europeia. É preciso que haja uma vontade política comum, que vá

alem de iniciativas comerciais, mas que abranja um vasto programa de apoio às regiões atrasadas do bloco, com maiores investimentos, afim de que se diminuam os desequilíbrios.

O futuro do MERCOSUL depende mais de acordos que garantam mais a formação de processos de convergência produtiva e institucional em vez de só avançar em acordos comerciais, faz-se necessária uma política de integração regional no sentido de buscar a garantia da igualdade na concorrência por investimentos, na criação de atividades competitivas e sustentáveis, através de volumes maiores de investimentos na infraestrutura, no capital humano e na tecnologia. Para isso, é de suma importância uma política comum e bem ajustada para coordenar esforços, administrar conflitos e obter resultados.

Os desequilíbrios do mercado, nos investimentos e na tecnologia que se mostram como grandes obstáculos à integração só serão transpassados com uma política de concessões recíprocas capaz de promover e estender as oportunidades de desenvolvimento para os parceiros menos competitivos. Somado a tudo isso é fundamental que se obtenham mecanismos de zelo e controle a fim de garantir o respeito aos acordos firmados. Somente assim as disparidades regionais podem ser superadas e dar segmento ao processo de formação e consolidação de um mercado comum no cone sul da América.

CONCLUSÃO

Como foi visto neste trabalho, muitos países se unem aos seus vizinhos para fortalecer suas economias e sociedades. Esses processos de integração econômica vêm acontecendo ao longo da história com o intuito de impulsionar e desenvolver internamente a economia de um país a partir de acordos estabelecidos com outras nações, aumentando assim suas relações comerciais e seus alcances regionais.

Com base nas necessidades de alcançar um maior desenvolvimento econômico, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai estabeleceram entre si uma área de livre comércio e complementação econômica, denominado de Mercado Comum do Sul.

O MERCOSUL é atualmente enquadrado na classificação de união aduaneira, mas em fase de consolidação. Apesar dos países membros estabeleceram o livre comércio entre si, instituíram tarifas externas comuns para importações oriundas de mercados externos, existe uma lista de exceções cujos produtos não se enquadram na TEC.

Com o surgimento do MERCOSUL houve um maior desenvolvimento comercial para seus países membros, que obtiveram crescimento nas relações comerciais dentro do bloco, principalmente para o Brasil que viu suas exportações crescerem ano a ano, embora os 10% estejam muito aquém do esperado.

O MERCOSUL apesar de contar com apenas quatro nações em sua formação original e a Venezuela em um estágio avançado de adesão ao bloco, apresenta grandes disparidades entre si. O Brasil é a grande locomotiva do bloco, pois possui uma economia consolidada internacionalmente, uma planta produtiva e

um parque comercial maior e mais estruturado que os vizinhos, maior desenvolvimento tecnológico e científico, além de inúmeras vantagens naturais e estruturais devido à sua extensão territorial. Fatores estes não encontrados no Uruguai e Paraguai, países muito dependentes de bens primários e reduzidos parques comerciais, mesmo se comparados à Argentina, que se encontra economicamente bem a frente deles, mas muito atrás do Brasil.

Contornar as assimetrias do MERCOSUL sempre foi um desafio ao desenvolvimento do bloco. O Brasil é responsável por cerca de 70% do PIB do bloco. Em suas relações comerciais o Brasil apresenta superávit comercial com todos eles. Por causa de desequilíbrios comerciais assim, Uruguai e Paraguai reivindicam constantemente concessões econômicas a fim de compensar as assimetrias de mercados que eles sofrem. Desde a adesão da TEC que estes países obtiveram o direito de ter o dobro de produtos constando na lista de exceções para proteger seus mercados internos como vimos anteriormente. Mas à medida que surgem novas medidas de proteção a seus mercados internos, o MERCOSUL não avança a um estágio de mercado comum, sendo até regularmente rebaixado por alguns especialistas a uma zona de livre comércio.

O futuro do MERCOSUL esta atrelado a um maior entendimento institucional entre os membros do que avanços em acordos comerciais. É preciso uma alinhada política de integração regional a fim de diminuir as disparidades comerciais e desequilíbrios econômicos. É necessária uma maior igualdade na concorrência e competitividade, maiores volumes de investimentos estruturais nos países menos desenvolvidos e por fim, um direcionamento político coeso, forte e unificado que dirija todos os esforços para que se alcance o tão almejado mercado comum da América do Sul, via UNASUL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Oswaldo Souza. **Conheça o MERCOSUL: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai**. São Paulo: Rumo, 1993.

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. México: Centro de Estudos Monetários Latino-americanos, 2005.

BANEIN.COM. Disponível em < <http://www.banein.com/prisma-consultoria-internacional/a-venezuela-no-mercosul/a-venezuela-no-mercosul/> > Arquivo consultado em 15 ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em < <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081> > Arquivo consultado em 21 set. 2011.

CARVALHO, Maria Auxiliadora, SILVA, César Roberto Leite. **Economia Internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo, et.al. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

IZERROUGENE, Bouzid. **Os obstáculos à Integração de Economias Desiguais. O caso MERCOSUL**, São Paulo, Cadernos PRLOAM/USP (ano 7 – vol. 2), 2007, p. 125-167.

KUME, Honório; GUIDA, Piani. **Comércio e Tarifa Externa Comum (TEC) no MERCOSUL: Uma Perspectiva Brasileira.** Disponível em < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo_2_comercio.pdf > Arquivo consultado em 2011-2012.

KUME, Honório; GUIDA, Piani. **MERCOSUL: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio.** Revista de Economia Política, vol. 25, nº 4 (100), pp. 370-390 outubro-dezembro/2005.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior.** 7º. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2001. 469 p.

MERCOSUL. Disponível em < <http://www.mercosul.gov.br/> > Arquivo consultado em 12 ago. 2011.

MERCOSUR.INT. Disponível em < http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/PT/CMC_DEC_1_994-007_PT_TEC.PDF > Arquivo consultado em 6 ago. 2011.

MORINI, Cristiano e SIMÕES, Regina Célia Faria. **Integração Internacional e Blocos Econômicos.** In Manual de Comércio Exterior. Campinas: Alínea, 2006.

WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre. Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul > Arquivo consultado em 12 ago. 2011.